

DESCRIÇÕES MISSIONÁRIAS DE LÍNGUA GERAL NOS SÉCULOS XVI-XVII: QUE DESCREVERAM?¹

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

Numa das palestras de sua *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Camara Jr. (1965:101) propunha que as primeiras descrições missionárias no Brasil nada mais foram do que versões deliberadamente simplificadas do tupi, elaboradas com vistas à eficácia da propaganda religiosa. Segundo Camara Jr., tais *artes*, estudos gramaticais sem o respaldo de autores literários, teriam por base “uma língua franca” e não aquilo que os “indígenas exatamente falavam” (*id. et ibid.*).

Neste artigo procuramos fornecer evidências históricas de que a afirmação de Camara Jr. foi um tanto simplificadora, não levando em conta a complexa realidade lingüística que vigorou no contacto entre o europeu e o índio nem, mais particularmente, as situações vividas por diferentes missionários jesuítas que nos legaram essas descrições. Para isso, analisamos documentos da época em que foram geradas as duas primeiras descrições da *Lingua Geral*: a *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil* (1595), do Pe. José de Anchieta, e a *Arte da lingua brasilica* (1622?), do Pe. Luis Figueira.

1.0. A denominação LÍNGUA GERAL em textos dos séculos XVI-XVII

Na documentação dos séculos XVI e XVII, a denominação *lingua geral* não indica uma língua de contacto entre índios e não índios. Nos primeiros textos sobre o Brasil, *lingua geral* (doravante *LG*), do mesmo modo que *lingua brasilica* ou apenas *lingua*, é denominação que alude à língua nativa das tribos que ocupavam a quase totalidade da costa brasileira. Em virtude de ser maioritária, uma vez que era falada por “*algumas dez nações de índios*” espalhados pela costa e por “*uma grande corda do sertão*” (Cardim ?1584:49) e por não contar com uma denominação específica no século XVI, essa língua começaria a ser caracterizada pelo adjetivo *geral* e seria tomada por principal pelos portugueses entre “*as muitas e varias nações de diferentes linguas*” que aqui habitavam (*id. et ibid.*), como demonstram os dois exemplos que apresentamos em (1):

(1)a. *Ainda que os tupinambás se dividirão em bandos, e se inimizarão huns com os outros, todos fallão huma lingua, que he quazi geral, pela costa do Brazil*

(Sousa 1587: 275 - ênfase adicionada)

b. *Esta [língua] de que trato q he gèral pela costa, he muy branda, & a qualquer naçam facil de tomar.* (Gândavo 1576: 33v - ênfase adicionada)

É com este significado, referente ao reconhecimento, por parte de estrangeiros, de que havia uma grande unidade lingüística na costa², que nos utilizaremos aqui da expressão LG.

2. LG e o contacto entre tribos

Segundo os europeus, essa língua era a mais usada na costa da então Província do Brasil. Seria ela, porém, uma língua de comunicação entre diferentes grupos indígenas? Para nós essa questão surge a partir do pequeno e vago comentário em Pero Magalhães de Gândavo (1578: 33v) atrás reproduzido: de que a LG da costa brasileira era “*muy branda, & a qualquer naçam facil de tomar*”. Fácil de tomar por que nações? Pelas tupis somente? Neste caso, a LG da costa poderia ter sido uma koiné entre línguas aparentadas, como propôs Holm (1988-9: II,605). No entanto, se Gândavo tinha em mente todas as tribos conhecidas, então a LG funcionaria como língua de contacto entre tribos de famílias lingüísticas diferentes — como, *mutatis mutandis*, propôs Silva Neto (1950:59)³ — mesmo antes da chegada dos europeus.

3. LG e o contacto entre índios e brancos

Como os primeiros registros e comentários sobre os índios e o que falavam foram feitos por falantes não nativos de LG, a situação anterior ao Descobrimento está irremediavelmente perdida. A partir de 1500, no entanto, e até os primeiros anos do século XVII, a documentação que nos chegou evoca quatro cenários lingüísticos distintos no contacto entre brancos e indígenas: (a) a total incomunicabilidade; (b) o início da comunicação, com a formação de intérpretes; (c) o aprendizado “fácil” da LG; e (d) o aprendizado árduo de LG. Esses cenários puderam coexistir, como procuramos mostrar nas secções que se seguem.

3.1. Primeiro cenário: incomunicabilidade

Os textos que narram o Descobrimento do Brasil referem, sem exceção, a dificuldade no estabelecimento de contacto entre os portugueses e a população nativa. Mesmo os gestos, último recurso quando falhavam os *linguas*, não foram

eficazes. Comparem-se, em (2) a seguir, os testemunhos do Piloto Anônimo, de João de Barros e de Damião de Góes a esse respeito:

(2)a. *não havia ninguem na armada [de Cabral] que entendesse a sua lingoagem, de sorte que vendo isto os dos bateis, tornarão para Pedro Alvares [...] hum dos nossos bateis [...] apanhou dous que trouxe ao Capitão mór, para saber que gente erão; porem, como dissemos, não se entendião por fallar, nem mesmo por acenos* (Anônimo s.d.:108)

b. *& começou hum negro grumete falar a lingua de Guiné, & outros sabiam algas palauras do arauigo, mas elles n á lingua nem aos acenos em que a natureza foy com a totalas gentès neça acodirã.* (Barros 1553:I, 173)

c. *allem de nam haver lingoa que os entendesse, nem por açenos sabiã dar sinal de cousas que lhes perguntasse* (Góes 1556-7: 128-9)

Divergindo do procedimento habitual em relação a povos desconhecidos que habitassem terras recém-descobertas — que ditava que “*da vltima terra que descobrissem que os nõ podessem entender que per força ou grado trouessessem algum delles pera Portugal pera aprender a lingoa*” (Manuscrito Valentim Fernandes ca. 1507:239-40) — Pedro Álvares Cabral decide, em acordo com os capitães de sua frota, não remeter nenhum nativo para a Metrópole, “*por seer jente que njnguem emtende nem eles tam cedo aprderiam a falar pera o saber tam bem dizer*” (Caminha 1500:26), ordenando a seus homens que “*nom curasem [...] de per força tomar njnguem nem fazer escandolo...*” (*id. et ibid.*).

A inocuidade das línguas conhecidas pelos intérpretes das embarcações neste novo contexto, aliada à crença de que esses nativos não se tornariam aptos a falar num espaço breve de tempo provocaram uma decisão diferente por parte do capitão-mor Cabral.

3.2. Segundo cenário: a formação de intérpretes

3.2.1. Os línguas adultos

A decisão de Cabral, que a História mostrou ter sido a adotada de quase todos os estrangeiros que visitaram a costa brasileira, foi não a de ensinar português a naturais capturados, levando-os para algum posto de latinização⁴, mas a de encarregar alguém, “por força ou grado”, de aprender essa língua que parecia ao descobridor tão difícil.

Tinha então início a formação de línguas portuguese de LG: “*dalguns*

degradados que iam narmáda deixou Pedráluares aly dous: hum dos qudes veo depois a este regno [Portugal] e seruia de lingoa naquellas partes” (Barros 1553: I,174). Com essa decisão visava-se também à obtenção de melhores informações acerca da terra descoberta, porque os índios levados à força tinham por “jeeral custume [...] dizerem que ha hy todo o que lhe preguntam” (Caminha 1500:16), comportamento que não causava estranheza porque, afinal, para o europeu, esses indígenas eram infieis (cf. Mayeux, ed. 1957:27).

A política de envio de degradados para o Brasil foi duradoura, e o número destes cresceu continuamente. Em 1547, na nau em que Hans Staden seguia como artilheiro, viajavam criminosos que seriam deixados entre a população nativa (Staden 1557:28). Em 1549, dos mil homens que acompanhavam Tomé de Sousa ao Brasil, nada menos de 400 iam cumprir degredo (Almeida 1919-28: II,261n). É possível, portanto, que fossem criminosos em cumprimento de pena os portugueses que acompanhavam os índios — e lhes serviam de intérpretes — que foram ao encontro de Staden e seus companheiros quando da segunda viagem, em 1549⁵.

Mas não foram os portugueses os únicos a formarem *linguas* desse modo. Em 1557, quando chegou ao litoral do Rio de Janeiro em busca da França Antártica fundada por Nicolas Durand de Villegagnon dois anos antes, o missionário calvinista genebrino Jean de Léry pôde testemunhar um diálogo “em selvagem” entre brancos e índios, uma vez que o contramestre de sua embarcação, do mesmo modo que alguns marinheiros, sabia “un peu gergonner leur langage” (Léry 1580: I,74). Também Staden (1557:100) aludira a um certo Jacob, marinheiro de uma embarcação francesa, que, em 1549, sabia a língua dos selvagens.

Léry é particularmente importante por nos ter legado um diálogo entre ele próprio e um ou mais indígenas. Escrito de memória quase 20 anos depois de Léry ter voltado para a Europa⁶, esse diálogo já foi considerado “a primeira mostra de uma língua indígena brasileira como era falada pelos próprios índios, e não mera tradução de textos europeus” (Rodrigues 1986:34). No entanto, a semelhança entre esse diálogo, o guia de comportamento escrito pelo Pe. Yves d’Evreux (“comme il se faut comporter avec eux [les Sauvages]” (D’Evreux 1615:218ss) e a descrição de como os índios agasalhavam os hóspedes por Fernão Cardim (?1584:10-1) e por Gabriel Soares de Sousa (1589:290-1) leva a crer que as perguntas e as respostas do diálogo de Léry — sem encadeamento se transcrevessem um diálogo real — constituíam um conjunto de fórmulas lingüísticas e de instruções sobre o modo de comportamento a ser aprendido e repetido por comerciantes e marinheiros que faziam a rota do Brasil. Transcrevemos em (3) um pequeno trecho do diálogo. Nele se instrui acerca dos nomes de cores e de mercadorias usuais no tráfico com os índios (Léry 1580:124). Identificar o

Francês do excerto em (3) com Léry é esquecer que este era um missionário que viajara à procura do paraíso da tolerância religiosa, não um comerciante.

- (3) T[ououpinambaout. — *Maé pérerout, de caramémo poupé? Quelle chose est-ce que tu as apportee dedans tes coffres? / F[rançois]. — A-aub. Des vestements. / T. — Mara-vaé? De quelle sorte ou couleur? / F. — Sóbouy-eté, de bleu. Pirenc, rouge. Ioup, iaune. Son, noir. Sóbouy-masson, verd. Pirienc, de plusieurs couleurs. Pegassou-ae, couleur de ramier. Tin, blanc & est entendu de chemises. / T. — Maé-pâmo? Quoi encores? / F. — A câng aubé-roupé. Des chapeaux. / T. — Seta-pé? Beaucoup / F. — Icatoupané. Tant qu'on ne peu les nombrer. / T. — Ai-pogno? Est-ce tout? / F. Erimen. Non ou nenny. / T. — Esse non bat. Nomme tout. / F. — Coromó. Attens un peu. / T. — Nein. Or sus doncques. / F. — Mocap ou Mororocap. Artillerie à feu, comme harquebuze grande ou petite: car Mocap signifie toute maniere d'artillerie à feu, tant de grosses pieces de navires, qu'autres.*

Mesmo que se considere que Léry, Cardim e Sousa se tenham baseado numa fonte comum, pode-se conceber que havia em circulação um conjunto de fórmulas bem conhecidas, que funcionavam como os modernos manuais para turistas para aqueles que estavam engajados como *linguas* nas rotas do Brasil, ou que se interessavam pelo Brasil. Tais fórmulas certamente apresentariam alguma dose de variação, devida ao fato de esses embarcados serem, na sua maioria, analfabetos⁷ e de terem diferentes nacionalidades. Essas fórmulas permitiriam compreender como Léry podia lembrar-se com tantos detalhes de um diálogo, apesar de decorridos vinte anos.

Ainda quanto à LG usada por marinheiros, seria interessante tentar obter testemunhos deixados por holandeses que comerciavam peixe-boi com as nações Nheengaibas do Cabo Norte (Vieira 1660:10), assim chamadas “por serem de linguas diferentes e difficultosas” (Vieira 1660:6). Teriam esses marinheiros também se utilizado de fórmulas semelhantes às registradas por Léry quando em contacto com indígenas de linguas minoritárias? Se assim fosse, esse jargão teria ultrapassado as fronteiras das nações tupis, e o “*facil de tomar*” do texto de Gândavo teria seu significado ampliado.

Cabe notar que Léry e d’Evreux têm consciência de que o contacto entre estrangeiros e naturais que relatam não é fluente. Para Léry, o estrangeiro aprendera algo dessa língua, mas não muito: podia “un peu gergonner”. Para D’Evreux, Deus dotara a Natureza de um núcleo mínimo de discurso (uma espécie “bioprograma divino”), em conformidade com a simplicidade cristã (D’Evreux 1615:220).

Apesar das dificuldades logo reconhecidas pelos capitães da frota cabralina, o envio de indígenas à Europa não foi de todo relegado. É assim que, ainda no ano de 1501, Américo Vespúcio segue as instruções habituais dadas aos capitães, conforme declara em carta a Pedro Soderini: "*accordammo in questo luogo leuar vn paio di huomini, perche imparassino la lingua, & cosi venneno tre di loro volõntà per venire à Portogallo*" (In Ramusio 1563: I, fol.128v). Também Damião de Góes (1566-7: 131) conta ter visto, em Santos-o-Velho, em 1513, três índios que haviam sido levados por George Lopes Bixorda, quem naquela época "*tinha ho tratto do pao brasil*". Esses homens estavam sendo inquiridos sobre o que havia no Brasil por D. Manuel I, que era auxiliado por um *língua* português. Se o mesmo intento moveu os franceses a levarem tupinambás para Paris, isto já não é tão evidente, uma vez que os relatos que encontramos referem apenas o espetáculo exótico que esses índios proporcionaram (cf. Albuquerque 1614:109; Ricard 1921:71).

3.2.2. Os bilíngües

As dificuldades experimentadas por adultos no aprendizado de uma segunda língua levaram os europeus a adotar uma outra medida, mais eficaz, para a formação de intérpretes: o envio de crianças órfãs e judias para o Novo Mundo (cf. também Ferraz 1979). Assim em 1556, o Pe. Manuel da Nóbrega, em carta ao Pe. Miguel Torres, queixava-se das dificuldades pecuniárias por que os integrantes da Ordem estavam passando no Brasil, agravadas pelo envio de crianças órfãs da casa de Lisboa (Leite, ed. 1954: II, 280-1). Foi também com órfãos portugueses, bem como com crianças índias, que o Pe. Leonardo Nunes fundou uma escola em São Vicente (Almeida 1910-28: II,260).

Propósito idêntico colocaria entre os passageiros de La Rosée, uma das três embarcações da viagem relatada por Jean de Léry, "*six jeunes garçons que nous menâmes pour apprendre le langage des sauvages*" (Mayeux, ed. 1957:27). É o editor de Léry acrescenta que "*Ces enfants furent disseminés dans les villages tupi où ils partagerent la vie des autres enfants*" (id. et ibid.).

Anos mais tarde, Gabriel Soares de Sousa (1589:306), ao notar a existência de muitos mamelucos "*louros, alvos, e sardos, e havidos por índios tupinambás*" na região do rio Sergipe e da Bahia, explicaria que descendiam de franceses e índias. Essa região estava na rota de embarcações francesas que tinham comércio de pau-brasil, algodão e pimenta com os tupinambás, e os mercadores franceses, "*quando se hiã para a França com suas náos carregadas deixavão entre os gentios alguns mancebos para aprenderem a língoa, e poderem servir na terra quando tornassem de França*" (Sousa 1589:306).

Em meados do século XVI, portanto, já é notada a existência de falantes bilíngües de português e LG, quer crianças européias, quer crianças nativas, oriundas de casamentos entre europeus e índias (cf. Staden 1557:55; Leite, ed. 1954:II,136; II,396). Assim, se nos primeiros contactos entre europeus e indígenas a norma parece ter sido a falta de comunicação, a formação de línguas e os falantes bilíngües começariam a reverter o quadro inicial de incomunicabilidade.

3.3. Terceiro cenário: O aprendizado fácil da língua

A pouco e pouco, a língua deixava de se constituir num obstáculo à comunicação. Ainda no século XVI Fernão Cardim observava a *facilidade* com que era aprendida pelos que chegavam, notando também a fluência dos filhos destes: "*dos Portuguezes, quasi todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os Índios a sabem em breve tempo, e os filhos dos Portuguezes cá nascidos a sabem melhor que os Portuguezes, assim homens como mulheres*" (Cardim ?1584: 49).

Cerca de 100 anos mais tarde, em 1694, o Pe. Antônio Viera confirmaria as palavras de Cardim: "*É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola*" (Apud Rodrigues 1986:101n).

Embora sejam, na maior parte, indicações vagas, os testemunhos dos séculos XVI e XVII deixam no leitor a idéia de que esses estrangeiros acreditaram ter dominado a língua que encontraram no Brasil⁸.

O três cenários expostos até aqui revelam uma situação lingüística na costa brasileira mais complexa do que tradicionalmente se tem reconhecido: não havia apenas falantes monolíngües de português ou de LG (ou de outras línguas, brasileiras ou não) a par com bilíngües perfeitos. Os relatos da época permitem supor que, para além desses casos, a brevidade com que os portugueses fixados no Brasil aprendiam LG fosse um indicativo de que aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos sem paralelo no português podiam estar sendo abandonados em maior ou menor grau. Permitem supor também que, a par desses diferentes níveis de interlíngua, algo semelhante a um jargão, com um pequeno conjunto de expressões pertencente ao domínio comum, veio a ser utilizado pelos intérpretes das embarcações que procuravam a costa em busca de bens valorizados na Europa.

Não foi certamente uma língua de contacto que o padre jesuíta José de Anchieta registrou naquela que foi a primeira gramática dessa *língua mais usada na costa do Brasil*.

3.4. Quarto cenário: o depoimento dos primeiros Jesuítas

Ao contrário da grande maioria dos imigrantes europeus, os primeiros Jesuítas aqui chegados eram homens com formação acadêmica em centros respeitados como Coimbra e Salamanca (Leite 1942).

Diferentemente da constatação do também Jesuíta Fernão Cardim atrás mencionada, acerca da facilidade com que os portugueses que fixavam residência no Brasil aprendiam a LG, os padres da Companhia de Jesus, eles próprios, em geral, não deram mostras de considerar fácil seu aprendizado.

Dos primeiros Jesuítas aqui chegados, o Pe. Azpilcueta Navarro foi a exceção. Azpilcueta Navarro foi o primeiro Jesuíta que “da língua brasileira aprendeu o suficiente para nela pregar, confessar e compor algumas orações e diálogos acomodados à catequese” (Almeida 1910-28:II, 259). No entanto, quatro anos após sua chegada, em 1553, considerava que a LG possuía apenas “*ciertos vocablos que sirven en general*” (In Leite, ed. 1954:I, 9-10), não sendo por esse motivo necessário reduzi-la a arte. Poucos anos mais tarde, em janeiro de 1557, o Ir. Antônio Blázquez, de modo indireto, desmentiria Azpilcueta Navarro: “*até então não se tinha ensinado com tanto concerto nem tinhamos as orações da doutrina tam bem tresladadas e não ávia senão soo o Pe. Navarro que, dado que sabia a lingua razoavelmente, não tinha tanta notícia das cousas tocantes a este negócio*” (In Leite, ed. 1954:II, 348 - ênfase adicionada).

Os demais Jesuítas, ao contrário, pareceram ter de se empenhar no aprendizado de LG. Assim, a despeito da opinião de Azpilcueta Navarro, José de Anchieta considerava essa mesma língua elegante e copiosa, com “*muitas composições e sincopas mais que os gregos*” (1585:40). Chegado ao Brasil em 1553, em 1555 José de Anchieta ainda escrevia que, “*Quanto à lingua, eu estou nela algum tanto adiante, que é muito pouco para o que soubera se me não ocuparam em ensinar gramática, todavia tenho toda a maneira dela por arte, e para mim tenho entendido quase todo o modo dela. Não a ponho em arte, porque não há cá quem aproveite, somente aproveito-me eu dela, e aproveitar-se-ão os que de lá vierem que souberem gramática*” (In Leite, ed. 1954:I, 165).

Também o Ir. Antônio Blázquez, em carta aos padres de São Roque de Lisboa, datada de 4 de agosto de 1556, quando a *Arte* de Anchieta já circulava como manuscrito, falaria do empenho de seus companheiros no aprendizado da língua: “*Los niños y Hermanos de casa andam todos con gran fervor de saber la lengua, y pareceme que presto la sabrán, assi por el desejo con que a elle se aplican, como porque para aprenderla tienen una Arte que truxo el Pe. Provincial. Prazerá Su Divina Bondad que, con él y con las mas oraciones que*

de Sant Vicente vinieron, aprenderemos todo lo que conviniere para la conversión desta gentilidad” (In Leite, ed 1954: I, 301).

Começando a chegar ao Brasil em 1549, com Tomé de Sousa, os Jesuítas lançaram mão, inicialmente, de *línguas* que aqui encontraram e de “*mços da terra, filhos de Portugues*” (Anchieta 1554-94: 4). Mas foi com as crianças, antes das primeiras descrições gramaticais, que os Jesuítas procuraram aprender a língua da costa (Almeida 1910-8: II,260). Teriam evitado, deste modo, algum tipo de *foreigner talk* que as tribos que encontraram pudessem utilizar com estrangeiros. Cabe lembrar aqui a importância que os Jesuítas deram ao ensino de línguas estrangeiras desde a formação da Ordem em meados do século XVI, ensino que viriam a revolucionar já nos primeiros anos do século XVII com a *Janua Linguarum*.

Quando Anchieta preparava sua gramática, as igrejas jesuíticas que iam sendo fundadas distavam algumas léguas dos poucos núcleos urbanos (cf. Anchieta 1554-94). A quantidade de detalhes que José de Anchieta inclui na sua descrição da LG põe fora de questão o tratar-se de alguma gramática expurgada. Por sua vez, quando surge a gramática de Luís Figueira, cerca de 64 anos mais tarde (ca. 1622), a gramática de Anchieta já é considerada *confusa*, e o tornar mais fácil o estudo da língua é o mérito de Figueira (Figueira, s.d. fol. A2). Além disso, as relações dos índios com os brancos parecem ser, então, muito mais estreitas. É o que se depreende de uma carta a um superior da Ordem escrita pelo Pe. Cristóvão de Lisboa em 1626 (BNL, Ms.29 no. 32). Nela o Pe. Cristóvão relata os agravos cometidos por Luís Figueira e pelo capitão Bento Maciel a ele próprio, enquanto Visitador Geral, mas deixa entrever a existência de um contacto bastante próximo dos portugueses com os índios.

Ao contrário do comum dos imigrantes e dos intérpretes das naus, o aprendizado de LG pelos Jesuítas, após sete anos de Brasil, já é eminentemente de cunho acadêmico, efetuado através da trilogia Gramática-Vocabulário-Catecismo. Se, como os Jesuítas afirmaram reiteradas vezes nas obras que nos legaram, o uso bastaria para sanar as dúvidas, estas nasceram do estudo sistematizado de documentação escrita que a LG, com eles, passara a ter.

4. Conclusão

A situação lingüística na costa brasileira durante o século XVI devia incluir, além de falantes monolíngües e bilíngües, formas rudimentares de comunicação, com largo emprego de sinais gestuais (de que o diálogo apresentado por Léry seria o testemunho mais-próximo), e de níveis variados de interlíngua. Dentre estes imigrantes somente uma parte diminuta teria aprendido a LG com

o auxílio das artes gramaticais. Nesse quadro, a resposta à pergunta com que abrimos este trabalho não pode ser simples. As artes não podem ser consideradas em bloco como versões deliberadamente expurgadas. Para cada uma é necessário não só investigar o quadro social em que foi escrita, mas também comparar os dados lingüísticos com descrições anteriores e posteriores, para que se possa verificar da existência de tendências simplificadoras.

NOTAS

- ¹ Este trabalho teve origem no curso sobre Línguas Pidgins e Crioulas ministrado pelo Prof. Alan Baxter (La Trobe University), na Universidade de Lisboa durante o ano 1989-90. Agradeço ao Prof. Baxter os comentários e sugestões a uma versão ampliada do trabalho aqui apresentado. Meus agradecimentos vão também para os Profs. Yonne Leite e Anthony Naro (UFRJ). As falhas que porventura permaneçam são de minha inteira responsabilidade. Agradeço ainda ao CNPq o apoio financeiro (bolsa 202002/89).
- ² Essa língua única deve ser vista com alguma cautela: também se pensou que os aborígenes australianos falavam uma única língua, quando eram cerca de 300 (Baxter, *c.p.*).
- ³ Para Silva Neto, porém, a LG enquanto língua de contacto resultou do trabalho missionário: “os jesuítas à usavam [*i.e.*, a LG] como língua missionária, o que introduziu a *língua geral* no uso de tribos originariamente de *línguas travadas*”.
- ⁴ *Ladino* denominava o estrangeiro que aprendia português. Cunha (1981: 46) aponta a existência de um posto “formador de ladinos” na ilha de Santiago (Cabo Verde) ainda no século XVIII.
- ⁵ Staden (1557:41): “De tarde veiu uma grande embarcação com selvagens, que queriam falar conosco. Nenhum de nós, porém, entendia a língua deles Na mesma noite, vem mais uma embarcação cheia, na qual estavam dois portugueses. Estes nos perguntaram de onde vinhamos. Respondemos que vinhamos de Espanha.”
- ⁶ Depreende-se do seguinte trecho do prefácio que o diálogo foi escrito de memória (Léry 1580:12): “De façon que faisant estat la perte de ce livre, ayant quelque temps retiré les broillons que i'en avois laissé à celui qui me l'avoit transcrit, ie fis tant, qu'excepté le colloque du langage des sauvages duquel moy ny autre n'avoit copie, i'avois de rechef le tout mis au net”.
- ⁷ Mesmo para o cargo de piloto, por documento régio obrigado a ser provido por alguém que soubesse ler e escrever, porque responderia pelo diário de bordo, foram designados analfabetos: um certo Marçal Luís, em 1620, depois

de 28 anos na carreira da Índia, foi julgado inapto para a provisão do cargo por ser analfabeto (Domingues & Guerreiro 1989:44).

Qual teria sido, por exemplo, o nível de domínio que Staden alcançou nessa língua? Na edição preparada em 1930 por Sampaio, com base na tradução de Löfgren, todos os nomes e frases em LG são corrigidos. Por exemplo, Staden escreve *Schere inbau ende* ‘tu és meu bicho amarrado’; Sampaio corrige-o para *che remimbab ndê* (Staden 1557:65). Forã os exemplos em LG, Staden transforma *Duarte Coelho* em *Arto Koslio*, *os Açores* em *Losa Sores* e *Peru* em *Pirau*.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Capistrano, ed. 1886. *Informações e fragmentos históricos do Padre Joseph de Anchieta (1584-1586)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Academia Real das Sciencias. 1812-41. *Collecção de noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes*. Lisboa: Tip. da Academia. 7t.
- Almeida, Fortunato. 1910-28. *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dirigida por D. Peres. Porto: Portucale. 1967. 4v.
- Andrade, António Alberto de. 1972. O auto notarial de Valentim Fernandes e seu significado como fonte histórica. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. 5.521-45.
- Anônimo. s.d. Navegação do Capitão Pedro Álvares Cabral escrita por hum piloto portuguez. In Academia Real das Sciencias. 2(2.ed.): 3.103—36.1867.
- Albuquerque, Jerônimo de. 1614. Jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feita o anno de 1614. Memórias para a História da Capitania do Maranhão. In Academia Real das Sciencias 1:4.1—118. 1812.
- Albuquerque, Miguel Tenório. 1922. Língua Geral. Tupi-Guarani. Memória apresentada no xx Congresso Internacional de Americanistas. *Revista do Museu Paulista*. 1929. 16. 445-88.
- Anchieta, José de. 1595. *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Novamente dado a luz por Julio Platzmann. Leipzig: Tenbrer. 1874.
- _____. 1560. *Capitania de S. Vicente*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.
- _____. 1585. *A Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.
- _____. 1554-94. *Primeiros aldeamentos na Baía*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.
- Araújo, Antonio de. 1618. *Cathecismo na língua brasilica no qual se contém uma summa de doctrina christã*. Lisboa: Pedro Craesbeck.

- Ayrosa, Plínio, ed. 1934. Dicionário Português-Brasileiro e Brasileiro-Português. Reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2ª parte, até hoje inédita. *Revista do Museu Paulista* 18.17-322.
- _____, ed. 1937. O caderno da língua ou Vocabulário Português-Tupi de frei João de Arronches. 1739. Notas e comentários à margem de um manuscrito do século XVIII. *Revista do Museu Paulista* 21.49-322.
- _____, ed. 1938. *Vocabulário na língua brasílica. Manuscrito português-tupi do século XVIII*. S. Paulo: Depto. de Cultura.
- Barros, João de. 1553. *Ásia. 1ª e 2ª Décadas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1976. 2v.
- Baxter, Alan. 1989-90. Línguas pidgins e crioulas. Anotações do curso ministrado na Universidade de Lisboa. Lisboa. ms.
- Caminha, Pero Vaz de. 1500. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral. 1968.
- Cardim, Fernão. 1584. *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias. 1881.
- _____. 1583-90. Informação da Missão do P. Christóvão Gouveia às partes do Brasil, anno de 83 ou Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo. Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo).... desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christóvão Gouveia. In *Tratados da terra e gente do Brasil*. Intr. e notas de B. Caetano, C. de Abreu e R. Garcia. 2ª.ed. 1939.p. 247-326.
- Contratos de colonização com Pedro Suthman e Irlandeses (1643)*.ms. (BNL. COD.7627).
- Cunha, C. 1981. *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Domingues, Francisco C. & Guerreiro, Inácio. 1989. Viver a bordo. *Oceanos* 1:2.37-63.
- D'Evreux, Yves. 1615. *Voyage dans le Nord du Bresil fait durant les années 1613 et 1614 par* Publié d'après l'exemplaire unique conservé a la Bibliothèque Impériale de Paris. Avec une introduction et des notes par M. Ferdinand Denis. Leipzig & Paris: A. Franck. 1864.
- Fernandes, Valentim. ca. 1507-10. *O manuscrito Valentim Fernandes*. Oferecido à Academia por J. Bensaúde Leitura e revisão das provas por A. Baião. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 1940.
- Ferraz, L. I. 1979 *The Creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

- Figueira, Luís. s.d. *Arte da lingua brasílica*. Lisboa: Manuel da S. Menescal. [1622].
- _____. s.d. *Arte da grammatica da lingua brasílica*. Lisboa: Miguel Deslandes. 1687.
- _____. s.d. *Arte da grammatica da lingua do Brasil*. Lisboa: Off. Patriarcal. 1795.
- Gândavo, Pero Magalhães de. 1576. *História da Província de Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Ed. fac-sim. Nota prévia de Leite de Faria. Lisboa: Biblioteca Nacional. 1984.
- Góis, Damião de. 1556-7. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1949. Parte 1.
- Gomes, J. Pereira. 1950. Um autógrafo de Luís Figueira. *Brotéria* 50:5.581-85.
- Holm, John. 1988-9. *Pidgins and Creoles*. Cambridge, Gr. Brit.: The University Press. 2v.
- Leite, Serafim. 1954. *Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil (1538-1553; 1553-1558)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. 2v.
- _____. 1962. *Novas páginas de História do Brasil*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. v.7.
- Léry, Jean de. 1580. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. Avec une introduction et des notes par P. Gaffarel. Paris: Alphonse Lemerre. 1879. 2t.
- Lisboa, Cristóvão de. 1626. Carta a um superior narrando trabalhos de missões no Brasil e queixando-se de agravos praticados pelo Capitão-mor Bento Maciel e pelo Pe. Luís Figueira. Maranhão, 2 de outubro de 1626. ms. (BNL, Ms. 29 no. 32)
- Lussagnet, Suzanne, ed. 1953. *Pays d'outre-mer. Les Français en Amérique. Le Brésil et les Brésiliens par André Thevet*. Choix de textes et notes par.... Intr. par Ch.-A. Julien. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mayeux, M. R., ed. 1957. *Journal de bord de Jean de Léry en la terre de Brésil. 1557*. Paris: Ed. de Paris.
- Ramusio, Gio. Battista. 1565. *Terzo volume delle Navigazioni et Viaggi....* Venetia: Heredi di Luc'Antonio de Giunti.
- Reinecke, J. E. et alii. 1975. *A Bibliography of Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: The University of Hawaii Press. 119-124.
- Ricard, Robert. 1922. Le Brésil dans la littérature française au XVIIème. siècle. *Revista de História* 45.67-73.
- Rodrigues, Aryon dall'Igna. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. S. Paulo: Loyola.
- Sampaio, Theodoro. 1901. *O tupi na geografia nacional*. 4ª.ed. Intr. e notas de

- F. G. Edelweiss. Salvador: Camara Municipal. 1955.
- Silva, Innocência. 1858-1958. *Diccionario bibliographico portuguez*. Continuado e ampliado por Brito Aranha. Lisboa: Imprensa Nacional. 23 v.
- Silva Neto, Serafim. 1950. *Introdução ao estudo da lingua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- _____. 1970. *História da lingua portuguesa*. 2a.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Sousa, Gabriel Soares de. 1589. *Notícia do Brasil, descrição verdadeira da costa daquelle estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sitio da Bahia de Todos os Santos*. In *Academia Real das Sciencias*. t. 3, parte 1, no. 1.1-342
- Staden, Hans. 1557 *Viagem ao Brasil*. Versão do texto de Marpurgo por A. Löfgren, rev. e anot. por T. Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica. 1930.
- Vasconcellos, Carolina M. 1881. Julius Platzmann e os seus trabalhos sobre as línguas americanas. *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* 1. 3-8.
- Vieira, Antônio. 1660 *Copia de hyma carta para ElRei N. Senhor. sobre as missões do Seará, do Maranhã, do Parã, & do grande Rio das Almasónas*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira. 3-20.
- _____. s.d. *Livro antepimeiro da História de Futuro*. Nova leitura, intr. e notas por J. van den Besselaar. Lisboa: Biblioteca Nacional. 1983.